



9M.
mz
Q5
Anabela
Caf
A
B
Jm

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa é uma Misericórdia, foi constituída em 26 de abril de 1926 e tem a sua sede na Rua António José de Freitas Guimarães, n.º 1, Pardelhas, 3870 – 208 Murtosa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Irmãos*, nos termos dos Estatutos em vigor na Instituição.

É da opinião da *Mesa Administrativa* que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF – ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Base para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria 218/2015: Código de Contas;
- d) Aviso 8259/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas.

Não foi derogada qualquer disposição da normalização contabilística para as ESNL que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição.

A Santa Casa da Misericórdia da Murtosa dispunha de contabilidade organizada no âmbito do Decreto-lei n.º 78/89, de 03 de março e a partir de 01 de janeiro de 2012 adaptou pela primeira vez as NCRF – ESNL.

A transição foi feita com recurso à evidência física e documental existente na Instituição.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



9 M.
17
Q.S.
C. S. S. S. S.
C. S. S. S. S.
C. S. S. S. S.
C. S. S. S. S.
C. S. S. S. S.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as ESNL.

Não foram identificadas pela Mesa Administrativa situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfazendo as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e relevante para os clientes e associados.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte da Mesa Administrativa com base nas demonstrações financeiras.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade; as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade, e ao longo do tempo, e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e



- Razão para a reclassificação.

O valor das prestações de serviços não é comparável com o exercício de 2022 porque os acordos de cooperação da segurança social, conforme Circular 93/2023 de 10/11/2023, passaram a ser registados nas Prestações de Serviços, assim como os Subsídios, doações e legados à exploração.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

(a) Rédito

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

O rédito reconhecido está isento de IVA, ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

(b) Locações

A Entidade, no período de relato em causa, não teve contratos de locação financeira e/ou operacional.

(c) Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O €uro é a moeda funcional e de relato. A Entidade, no período de relato em causa, apenas efetuou operações ocorridas em €uros.

(d) Custos de empréstimos obtidos

A Entidade, no período de relato em causa, não teve empréstimos.

(e) Subsídios públicos

Os subsídios públicos foram reconhecidos após existir a segurança que:

- A Entidade cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

A Entidade, no período de relato em causa, beneficiou de subsídios estatais (IEFP, IP) para um estágio profissional e um prémio ao emprego, o qual foi reconhecido, em regime de acréscimo, ao ritmo dos gastos de pessoal subsidiado. Também recebeu subsídios do Município para a comemoração do Carnaval, férias de Verão e Natal.

Não há diferenças temporárias reversíveis em impostos sobre lucros que, a propósito desses subsídios, gerem o reconhecimento de impostos diferidos.



J.M.
May
Café
C. L. L. L.
Café
A
G
J.M.

(f) Benefícios dos empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

(g) Impostos sobre o rendimento

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2020 a 2023 poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas a mesa administrativa da Santa Casa acredita que, se porventura existirem correções futuras, estas não serão de grande significado.

(h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade a registar.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.



As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(i) Justo valor Ativos Fixos Tangíveis

Para os terrenos e edifícios integrantes dos ativos fixos tangíveis, tomados em conjunto, não foram feitas avaliações por entidades especializadas, pois não há indícios de perdas de imparidade. Para a generalidade dos demais ativos da empresa também não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

(j) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

(k) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

(l) Inventários

Os inventários estão evidenciados no balanço pelo mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (*First in, First Out*) como método de custeio.

(m) Créditos a receber e outros ativos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de créditos a receber e outros ativos correntes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

(n) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

(o) Investimentos financeiros ativos

Os investimentos financeiros de participações de capital noutras empresas (Empresa de Pesca de Viana, Soc. Portuguesa Empreendimentos, SPE – N, TVI – Tel. Independente – D. Red./E.99-ORD, Lisgarante, SA) expressos em acções, estão mensurados ao custo de aquisição.

O fundo de compensação do trabalho está mensurado ao custo de aquisição.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

3.3. Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afetam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os ativos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspetos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efetuadas.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Prestação de serviços	31-Dez-2023	31-Dez-2022
ISS, IP - Centros Distritais	1.490.032,80	0,00
Mensalidades	1.073.430,00	972.453,67
Quotização	960,00	1.118,00
	<u>2.564.422,80</u>	<u>973.571,67</u>

O valor das prestações de serviços não é comparável com o exercício de 2022 porque os acordos de cooperação da segurança social, conforme Circular 93/2023 de 10/11/2023 da UMP, passaram a ser registados nas Prestações de Serviços. Se em 2022 tivesse sido adotado este critério o valor das Prestações de serviços, que aparecem nas Demonstrações Financeiras para efeitos comparativos seria de 2.324.637 €. Se assim fosse chegaríamos à conclusão que houve um aumento de prestações de serviços de 10% face ao exercício de 2022.

4.1 QUADRO RESUMO DAS COMPARTICIPAÇÕES DO ISS, IP

	31-Dez-2023
Acordos de Cooperação	1.373.864,30
Vagas Cativas	6.680,17
Complemento para Idosos	12.273,52
Comparticipações Familiares Creche	96.447,25
Crianças deslocadas - Ucrânia	767,56
ISS, IP – Centro Distrital	<u>1.490.032,80</u>



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

4.1.1 Quadro de repartição das comparticipações do ISS, IP pelas diversas respostas sociais:

	31-Dez-2023
ISS, IP – Centro Distrital	
1 - Lar de Idosos	534.595,20
1.1 – Acordo de Cooperação	515.641,51
1.2 – Vagas Cativas	6.680,17
1.3 – Complemento Idosos	12.273,52
2 - Creche	362.091,06
2.1 – Acordo de Cooperação	265.643,81
2.2 – Comparticipações Familiares Creche	96.447,25
2.3 – Apoio Excecional à Família COVID 19	0,00
3 – Pré-Escolar	128.189,21
3.1 – Acordo de Cooperação (Atividades de Apoio Social)	46.314,33
3.2 – Acordo de Cooperação (Atividades Educativas)	81.874,88
4 – CAFAP (Acordo de Cooperação)	64.449,30
5 – CATL	19.866,42
5.1 – Acordo de Cooperação	19.098,86
5.2 – Apoio Excecional à Família COVID 19	0,00
5.3 – Crianças deslocadas – Ucrânia	767,56
6 – Residência Autónoma (Qta. Pinheira) – Acordo de Cooperação	85.933,21
7 – Centro de Dia (Acordo de Cooperação)	23.124,49
8 – Residência Autónoma (Patronato) – Acordo de Cooperação	85.933,21
9 – Serviço de Apoio Domiciliário – Acordo de Cooperação	185.850,70
	1.490.032,80

Handwritten signatures and initials on the right side of the table.

4.2 QUADRO RESUMO DAS MENSALIDADES POR RESPOSTA SOCIAL

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
ERPI	726.265,59	635.249,42
Creche	49.674,68	65.491,01
Pré-Escolar	104.993,83	95.786,66
CATL	41.644,47	47.946,12
Centro de Dia	39.029,97	31.702,58
Serviço de Apoio Domiciliário	82.346,21	70.041,97
Residência Autónoma (Qta. Pinheira)	18.034,72	15.104,55
Residência Autónoma (Patronato S. José)	11.440,53	11.131,36
	1.073.430,00	972.453,67

5. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Quadro Resumo dos Subsídios, Doações, heranças e Legados à Exploração

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
ISS, IP – Centro Distrital	47.913,90	1.351.065,05
Acordos de Cooperação	10.736,28	1.260.765,35
Vagas Cativas		15.875,43
Complemento para Idosos		9.964,64
Comparticipações Familiares Creche		30.907,56
Compensação Salarial - Educadoras	37.177,62	32.764,97
Crianças deslocadas - Ucrânia		208,48
Apoio Excecional à Família COVID 19		578,62
Outros	57.411,53	107.649,12
CLDS 4G – Murtosa em Rede	37.609,71	84.248,46
Município da Murtosa	3.790,00	1.800,00
IAPMEI		10.304,00
IEFP (Estágios profissionais)	3.749,82	6.017,60
Doações e Heranças	12.262,00	5.279,06
	105.325,43	1.458.714,17

O valor dos Subsídios, doações e legados à exploração não é comparável com o ano 2022 porque os acordos de cooperação da segurança social, conforme Circular 93/2023 de 10/11/2023 da UMP, passaram a ser registados nas Prestações de Serviços. Se no ano anterior tivesse sido adotado este critério o valor dos subsídios do ano 2022, que aparecem nas DF para efeitos comparativos seria de € 197.949,00. Se assim fosse chegaríamos à conclusão que haveria uma diminuição de 47 % face ao exercício de 2022.

Quadro de repartição do Subsídio à Exploração atribuído pelo ISS, IP – Centro Distrital:

ISS, IP – Centro Distrital	31-Dez-2023	31-Dez-2022
1 - Lar de Idosos		487.847,33
1.1 – Acordo de Cooperação		462.007,26
1.2 – Vagas Cativas		15.875,43
1.3 – Complemento Idosos		9.964,64
2 - Creche	10.736,28	287.928,14
2.1 – Acordo de Cooperação	10.736,28	256.500,71
2.2 – Participações Familiares Creche		30.907,56
2.3 – Apoio Excecional à Família COVID 19		519,87
3 – Pré-Escolar	37.167,62	158.930,57
3.1 – Acordo de Cooperação (Atividades de Apoio Social)		45.583,20
3.2 – Acordo de Cooperação (Atividades Educativas)		80.582,40
3.3 – Compensação Salarial Educadoras	37.177,62	32.764,97
4 – CAFAP (Acordo de Cooperação)		58.961,41
5 – CATL		19.424,46
5.1 – Acordo de Cooperação		19.157,23
5.2 – Apoio Excecional à Família COVID 19		58,75
5.3 – Crianças deslocadas – Ucrânia		208,48
6 – Residência Autónoma (Qta. Pinheira) – Acordo de Cooperação		76.996,32
7 – Centro de Dia (Acordo de Cooperação)		19.564,39
8 – Residência Autónoma (Patronato) – Acordo de Cooperação		76.996,32
9 – Serviço de Apoio Domiciliário – Acordo de Cooperação		164.416,11
	47.913,90	1.351.065,05



Handwritten signatures and initials:
 P.M.
 King
 J. S.
 J. B. S.

6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	31-Dez-2023			31-Dez-2022		
	Mercadorias	Matérias primas e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	12.931,72	12.931,72	0,00	11.244,52	11.244,52
Compras	0,00	245.560,44	245.560,44	0,00	211.805,90	211.805,90
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(58.523,62)	(58.523,62)	0,00	(53.383,26)	(53.383,26)
Inventários finais	0,00	16.346,70	16.346,70	0,00	12.931,72	12.931,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	183.621,84	183.621,84	0,00	156.735,44	156.735,44

Handwritten signatures and initials:
 J. B. S.
 J.
 J. B.
 J. B.

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Trabalhos especializados	33.040,78	49.920,52
Publicidade e Propaganda	0,00	0,00
Vigilância e segurança	1.669,26	800,65
Honorários	49.270,47	43.331,89
Comissões	2.589,35	2.544,04
Conservação e reparação	32.236,52	24.291,36
Serviços bancários	132,08	89,22
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.062,42	3.645,22
Livros e documentação técnica	0,00	197,44
Material de escritório	1.728,53	4.297,07
Artigo para oferta	8.746,84	2.626,34
Material didático	6.357,23	6.067,41
Jornais e revistas	996,80	900,00
Outros materiais	245,90	296,08
Eletricidade	27.959,47	55.380,12
Combustíveis	12.251,13	15.119,88
Água	20.414,27	18.269,75
Outros fluídos	52.305,99	109.395,46
Deslocações e estadas	2.383,00	3.192,05
Despesas c/ visitas de estudo	1.416,20	944,45
Rendas e alugueres	13.982,66	5.108,69
Comunicação	6.790,35	6.668,96
Seguros	11.958,96	9.290,78
Contencioso e notariado	523,03	987,50
Limpeza, higiene e conforto	47.198,81	41.673,85
Outros serviços	5.844,93	6.685,07
Total	345.104,98	411.723,80

Os FSE diminuíram face a 2022. Para essa diminuição contribuíram essencialmente a rubrica de trabalhos especializados, eletricidade e a rubrica de outros fluídos.

Com a instalação dos painéis fotovoltaicos no edifício da sede da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa foi possível reduzir para metade o consumo de energia.

A rubrica de outros fluídos (gás natural) também baixou face a 2022. Esta descida deveu-se à diminuição do consumo de m³ quer no edifício do infantário, quer no edifício da ERPI, uma vez que o valor do preço de energia tem vindo a aumentar nos últimos anos. O contrato assinado em novembro de 2020 para vigorar em 2021 continha um PE de € 0,01838. Em dezembro de 2021 foi assinado novo contrato para vigorar em 2022 com um valor de PE de € 0,10727 e em dezembro



de 2022 foi assinado novo contrato para vigorar em 2023 com o valor do PE de € 1,8846. O valor total depende da quantidade consumida a multiplicar pelo PE.

8. GASTOS COM O PESSOAL

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Remunerações do pessoal	1.678.436,86	1.498.812,04
Encargos sobre remunerações	354.321,52	315.750,42
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	21.642,62	18.674,57
Outros gastos com pessoal	20.969,43	26.704,38
	2.075.370,43	1.859.941,41

O aumento nos gastos com o pessoal decorreu do aumento do salário mínimo nacional, que passou de € 705,00 (setecentos e cinco euros) para € 760,00 (setecentos e cinco euros) mensais, do aumento salarial atribuído pela Mesa Administrativa de 5,8%, bem como das promoções e progressões dos funcionários que atingiram tempo de serviço, que por lei lhes dá o direito ao aumento salarial.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, estágio profissional (jurista), medicina no trabalho, vestuário e calçado, formação para as funcionárias.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 dezembro 2022 foi:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Número médio de empregados	131	135
Número de empregados no fim do período	127	137

9. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Perdas por imparidade em dívidas a receber	(7.356,03)	0,00
Reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber	2.200,00	1.800,00
	(5.156,03)	1.800,00

10. OUTROS RENDIMENTOS

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros ^{a)}	50.740,56	76.604,12
Imputação do subsídio para o investimento	30.240,53	28.058,05
Correções Relativas a Períodos Anteriores	2.862,78	2.212,44
Donativos	14.583,42	14.582,41
Diversos	4.090,50	6.170,04
	102.517,79	127.627,06

- a) Em finais de 2022 a Misericórdia alienou alguns imóveis rústicos e urbanos ao Município da Murtosa o que levou à diminuição do rendimento face a 2022.





Handwritten signatures and initials:
 J.M.
 M.
 C.
 C.
 C.

2022

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Quantia escriturada inicial	114.320,41	2.740.521,79	357.587,03	325.074,38	423.587,95	62.592,49	4.023.684,05
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(1.686.219,30)	(283.070,55)	(295.449,70)	(393.204,73)	(59.301,54)	(2.717.245,82)
Quantia escriturada líquida inicial	114.320,41	1.054.302,49	74.516,48	29.624,68	30.383,22	3.290,95	1.306.438,23
Adições							
Outras	2.240,56	15.412,95	4.837,67	0,00	13.479,83	0,00	35.971,01
Total das adições	2.240,56	15.412,95	4.837,67	0,00	13.479,83	0,00	35.971,01
Diminuições							
Depreciações		(73.475,85)	(12.842,63)	(22.445,08)	(12.246,14)	(1.273,12)	(122.282,82)
Perdas Imparidades							
Alienações	(15.882,76)	(27.832,50)			(6.000,00)		(49.715,26)
Abates			(2.765,64)				(2.765,64)
Sinistros							
Regularização							
Total das diminuições	(15.882,76)	(101.308,35)	(15.608,27)	(22.445,08)	(18.246,14)	(1.273,12)	(174.763,72)
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	100.678,21	968.407,09	63.745,88	7.179,60	25.616,91	2.017,83	1.167.645,52
Quantia escriturada líquida final Inv. Curso		266.072,03					266.072,03
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	100.678,21	1.234.479,12	63.745,88	7.179,60	25.616,91	2.017,83	1.433.717,55

15. INVESTIMENTO EM CURSO

2023

	Investimentos Financeiros em Curso	Propriedades de Investimento em Curso	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Intangíveis em Curso	Adiantamentos por conta do Património Histórico, Artístico e cultural	Total
Quantia escriturada líquida inicial			266.072,03			266.072,03
Adições						
Outras			309.518,83			309.518,83
Total das adições			309.518,83			309.518,83
Diminuições						
Perdas por imparidade						
Transferências			(423.693,16)			(423.693,16)
Outras						
Total das diminuições			(423.693,16)			(423.693,16)
Quantia escriturada líquida final			151.897,70			151.897,70

O investimento em curso diz respeito às obras de construção de um jardim terapêutico, que se prevê a sua conclusão em abril de 2024.

Em curso também constam as obras no antigo hospital. A Mesa Administrativa pretende dar um destino a este edifício, mas aguarda pelo estudo do CLAS para perceber qual a resposta social



que está em falta no concelho da Murtosa. Os valores dizem respeito a projetos de arquitetura necessários para a Instituição se poder candidatar aos fundos comunitários.

2022

	Investimentos Financeiros em Curso	Propriedades de Investimento em Curso	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Intangíveis em Curso	Adiantamentos por conta do Património Histórico, Artístico e cultural	Total
Quantia escriturada líquida inicial			186.145,55			186.145,55
Adições						
Outras			94.843,62			94.843,62
Total das adições			94.843,62			94.843,62
Diminuições						
Perdas por imparidade						
Transferências			(11.516,39)			(11.516,39)
Outras			(3.400,75)			(3.400,75)
Total das diminuições			(14.917,14)			(14.917,14)
Quantia escriturada líquida final			266.072,03			266.072,03

16. ACTIVO FIXO INTANGÍVEL

2023

	Bens do domínio público	Outros Ativos Intangíveis					Total
		Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Quantia escriturada inicial				18.466,86			18.466,86
Depreciações acumuladas iniciais				(18.466,86)			(18.466,86)
Quantia escriturada líquida inicial				0,00			0,00
Adições							
Outras							
Total das adições							
Diminuições							
Depreciações							
Perdas por imparidade							
Alienações							
Abates							
Total das diminuições							
Quantia escriturada líquida final				0,00			0,00



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'J.M.', 'Ruy', 'Q.S.', 'Carla', and 'A.'.

2022

	Bens do domínio público	Outros Ativos Intangíveis					Total
		Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Quantia escriturada inicial				18.466,86			18.466,86
Depreciações acumuladas iniciais				(18.466,86)			(18.466,86)
Quantia escriturada líquida inicial				0,00			0,00
Adições							
Outras							
Total das adições							
Diminuições							
Depreciações							
Perdas por imparidade							
Alienações							
Abates							
Total das diminuições							
Quantia escriturada líquida final				0,00			0,00

17. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

2023

	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos em Entidades conjuntamente controladas	Investimentos noutras Empresas	Outros Investimentos Financeiros	Total
Quantia escriturada inicial				1.246,99	15.754,18	17.001,17
Depreciações acumuladas iniciais						
Quantia escriturada líquida inicial				1.246,99	15.754,18	17.001,17
Adições						
Outras					1.619,28	1.619,28
Total das adições					1.619,28	1.619,28
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates					(3.896,49)	(3.896,49)
Total das diminuições					(3.896,49)	(3.896,49)
Quantia escriturada líquida final				1.246,99	13.476,97	14.723,96



AM.
 J.
 Q.
 Carlos

2022

	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos em Entidades conjuntamente controladas	Investimentos nouras Empresas	Outros Investiment os Financeiros	Total
Quantia escriturada inicial				1.246,99	13.132,90	14.379,89
Depreciações acumuladas iniciais						
Quantia escriturada líquida inicial				1.246,99	13.132,90	14.379,89
Adições						
Outras					4.619,62	4.619,62
Total das adições					4.619,62	4.619,62
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates					(1.998,34)	(1.998,34)
Total das diminuições					(1.998,34)	(1.998,34)
Quantia escriturada líquida final				1.246,99	15.754,18	17.001,17

18. INVENTÁRIOS

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Matérias-primas – Géneros Alimentares	9.378,78	7.153,27
Materiais Diversos – Medicamentos e artigos de saúde	148,05	515,87
Materiais Diversos – Consumo hoteleiro	736,44	201,34
Rouparia	6.083,43	5.061,24
	16.346,70	12.931,72

19. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de créditos a receber apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Clientes c/c	1.866,58	2.469,28
Utentes c/c	21.865,72	23.912,54
Clientes e Utentes de cobrança duvidosa	65.497,13	60.341,10
Perdas de imparidade	(65.497,13)	(60.341,10)
	23.732,30	26.381,82

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Imposto sobre o Valor acrescentado (Ativos Fixos Tangíveis)	3.289,00	1.031,73
Imposto sobre o Valor acrescentado (Géneros Alimentares)	0,00	1.672,29
	3.289,00	2.704,02

Não existem dívidas em mora ao estado.



Handwritten signatures and initials:
 J. U.
 my
 C. B. S.
 C. B. S.
 C. B. S.
 C. B. S.
 C. B. S.
 C. B. S.

21. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica diferimentos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Gastos a reconhecer (Seguros)	7.294,98	6.845,49
Gastos a reconhecer (S.Deteção Segurança e Rentokil, Ankira, Team Viewer, Painéis Fotovoltaicos e Multifunções)	5.349,96	5.377,55
	12.644,94	12.223,04

22. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Devedores por acréscimo de rendimentos	225,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	80.047,19	62.170,81
Outros devedores	80.238,31	345.775,74
	160.510,50	407.946,55

Os devedores por acréscimos de rendimentos correspondem, essencialmente, a estimativa da compensação salarial das educadoras e às comparticipações dos familiares da creche.

Os outros devedores correspondem, essencialmente, a despesas ainda não efetivadas relativas ao projeto CLDS 4G e ao projeto financiado pelo Fundo Rainha D. Leonor refletido em capitais próprios.

23. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Caixa	38,54	158,96
Depósitos Bancários	126.042,22	229.628,03
Outros depósitos bancários	575.000,00	575.000,00
	701.080,76	804.786,99

24. FUNDOS PATRIMONIAIS

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Fundos	90 294,04			90 294,04
56	Resultados Transitados	1 176 082,92	2 339,66		1 178 422,58
59	Ajustamentos/Outras variações nos fundos	676 389,78	40 038,79	30 240,53	686 188,04
81	Resultado líquido	2 339,66	55 104,04	2 339,66	55 104,04
Total dos Fundos Patrimoniais		1 945 106,40	97 482,49	32 580,19	2 010 008,70

Em 31 de Dezembro de 2023, o fundo da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa era de 90.294,04 (noventa mil, duzentos e noventa e quatro euros e quatro centimos).

As outras variações nos fundos patrimoniais são compostas por doações (71.664,24) e por subsídios ao investimento (614.523,80).

O aumento das outras variações nos fundos patrimoniais corresponde ao aumento do valor subsidiado pelo FEDER das obras de licenciamento do edifício sede, onde funcionam a ERPI, centro de dia e SAD e a diminuição à amortização dos subsídios/doações.

O resultado líquido anual será transferido para a conta de resultados transitados.



PM.
ny
C. Costa
C. Costa

25. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de fornecedores apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Fornecedores c/c	27.047,92	21.124,59
	<u>27.047,92</u>	<u>21.124,59</u>

uf

#

#

DM

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	10.858,85	10.292,72
Contribuição para a Segurança Social	41.113,02	38.741,43
Fundo Compensação e Fundo Garantia Compensação do Trabalho	0,00	415,61
	<u>51.971,87</u>	<u>49.449,76</u>

27. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Diferimentos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Rendimentos a reconhecer – Acordos de Cooperação – ISS, IP	22.272,49	72.887,66
Rendimentos a reconhecer – Projetos IEF	283,58	775,55
Rendimentos a reconhecer – Projeto CLDS 4G	0,00	93.172,27
Rendimentos a reconhecer – ZURICH - Incêndio	27.593,06	32.594,72
Rendimentos a reconhecer – Mensalidades Infância e Rendas	1.200,00	10.985,99
	<u>51.349,13</u>	<u>210.416,19</u>

Os valores registados em Acordos de Cooperação – ISS, IP correspondem, essencialmente, à antecipação da atualização de 2024 da segurança social (22.272,49). Os valores registados em Zurich – Incêndio dizem respeito à indemnização da Zurich, relativo ao incêndio de 2020 (27.593,06). Estão a diferir este valor porque à medida que registam as despesas é que vão registando a indemnização em rendimentos.

28. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Fornecedores de Investimentos	23.719,21	0,00
Adiantamento de clientes e utentes	175.713,27	216.799,84
Credores por acréscimo de gastos	278.494,02	274.760,48
Perdas por Imparidades Acumuladas	6.150,00	
Outras Operações com o Pessoal	208,58	
Diversos	45,14	35,60
	<u>484.330,22</u>	<u>491.595,92</u>

Os adiantamentos de clientes e utentes dizem respeito a valores que os utentes entregam em forma de adiantamento à Instituição, quando são admitidos ou durante a sua estadia por motivos diversos. Por exemplo, sentirem que não têm família de retaguarda e negociarem com a Mesa Administrativa os cuidados de filhos sem autonomia. Estas questões ficam salvaguardadas em atas da Mesa Administrativa.



Os credores por acréscimos de gastos referem-se às remunerações por liquidar e a gastos de energia, água e comunicações referentes a 2023, cujas faturas apenas surgirão em 2024.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Circular n.º 93/2023, da União das Misericórdias Portuguesas:

“... A CNC emitiu o seguinte parecer:

“Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72);

Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração (Conta 75)”.

Este parecer levou a que grande parte do valor recebido pela Misericórdia por parte da Segurança Social fosse contabilizado na conta 72 em 2023. Esse valor nos anos anteriores era contabilizado na conta 75.


Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta entidade.

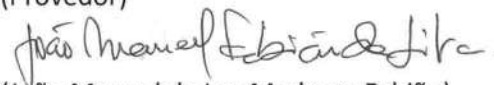
Murtosa, 25 de março de 2024

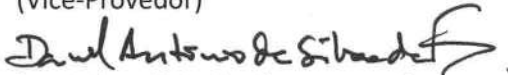
O Contabilista Certificado,

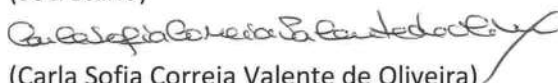

(Ana Maria Rodrigues S. Cirne Abreu)

A Mesa Administrativa,

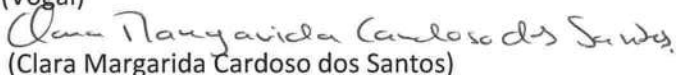

(Nuno José Valente Nascimento Bessa)
(Provedor)


(João Manuel da Luz Madruga Fabião)
(Vice-Provedor)


(Daniel António da Silva Fonseca)
(Secretário)


(Carla Sofia Correia Valente de Oliveira)
(Tesoureira)


(Fernando Jorge de Vasconcelos)
(Vogal)


(Clara Margarida Cardoso dos Santos)
(Vogal)


(Sérgio Oscar Marques Faria)
(Vogal)